

A Utilização Da Charge Como Estratégia Comunicativa Nas Cartilhas Populares Da “Campanha Nacional Contra A Alca” No Brasil

The Use Of Charge As Communicative Strategy In The Popular Booklets "National Campaign Against the FTAA" In Brazil

Rozinaldo Antonio Miani²

Universidade de São Paulo

mianirozinaldo@gmail.com

Resumo

A “Campanha Nacional contra a Alca” representou uma importante vitória política das entidades e organizações populares contra os interesses do imperialismo estadunidense na América Latina. No Brasil, além da realização de um plebiscito em setembro de 2002, a produção de cartilhas populares se caracterizou como uma das mais importantes estratégias formativas utilizadas pelas entidades organizadoras da referida campanha, em especial para denunciar os reais objetivos dos EUA com a Alca. Além de textos analíticos com alto teor informativo, as cartilhas traziam ainda várias charges para ajudar na compreensão política e também para apresentar de maneira visual, com ludicidade e humor, os diversos temas abordados. Neste artigo, nosso objetivo principal será analisar a utilização da charge como estratégia comunicativa nas cartilhas populares produzidas no contexto da “Campanha Nacional contra a Alca” no Brasil.

Palavras-chave.

Alca. Cartilhas populares. Charge. Comunicação popular. Cidadania ativa.

Abstract

The "National Campaign against the FTAA" represented an important political victory of organizations and people's organizations against the interests of U.S. imperialism in Latin America. In Brazil, in addition to holding a plebiscite in September 2002, production of popular booklets was characterized as one of the most important formative strategies used by the organizers of this campaign, especially to report the actual U.S. objectives with the FTAA. Besides analytical with high information content texts, booklets still brought several political charges to assist in understanding and also to present in a visual way, with playfulness and humor, the various topics covered. In this article, our main objective is to analyze the use of the charge as a communicative strategy

in the popular booklets produced in the context of the "National Campaign against the FTAA" in Brazil.

Keywords.

FTAA. Popular booklets. Charge. Popular Communication. Active citizenship.

1. Introdução

A produção de cadernos populares para a realização de formação política sempre foi uma prática comum dos movimentos populares e também do movimento sindical no

Brasil. Nesse sentido, o movimento conhecido como “Campanha Nacional contra a Alca” utilizou de maneira bastante importante essa prática comunicativa com o objetivo de oferecer informações qualificadas, e numa perspectiva crítica, para os mais diversos movimentos e organizações envolvidos na luta contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

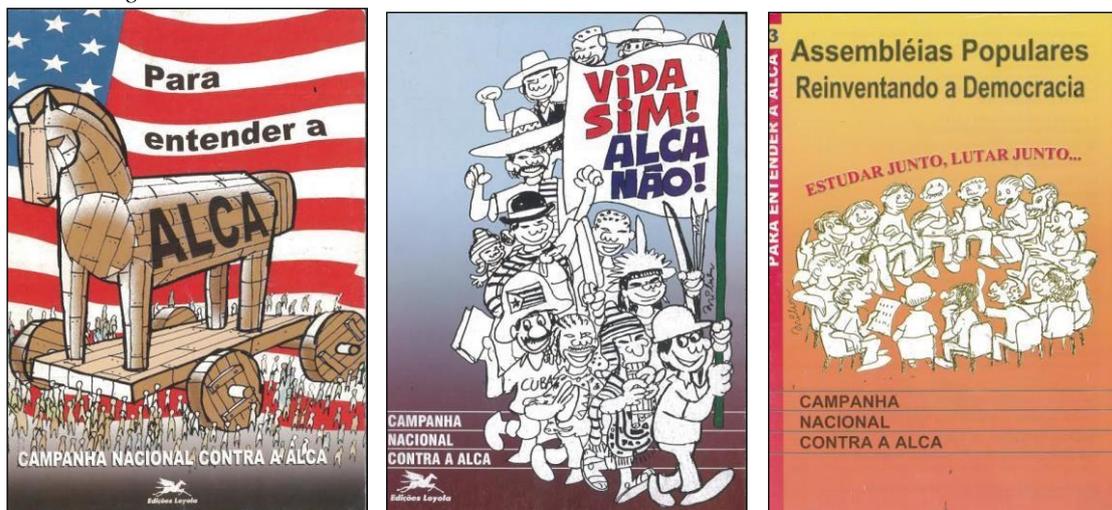
A Alca foi uma proposta apresentada e defendida pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) em 1994 para eliminar as barreiras de investimentos e comércio entre os países da América. Dos 35 países do continente, apenas Cuba estaria excluída da referida proposta. Na prática, camuflado sob um discurso de integração continental, a Alca representaria a imposição dos interesses econômicos dos EUA sobre os países das Américas do Sul, Central e do Norte e também do Caribe.

Na perspectiva de mobilizar os setores populares contra a implantação da Alca e manifestar publicamente a desaprovação de tal proposta por parte da sociedade brasileira, dezenas de entidades nacionais se organizaram em torno de um grande movimento social que se popularizou como Campanha Nacional contra a Alca (integrante da Campanha Jubileu Sul/Brasil) e, dentre outras ações, decidiram realizar um “Plebiscito Nacional sobre a Alca”.

Para explicar de forma simples e didática do que se tratava a proposta de criação da Alca, e também para divulgar e orientar a população a respeito da realização de um Plebiscito Nacional sobre a Alca, foi produzida a cartilha popular “Para entender a Alca” (2002). Depois do Plebiscito, outras duas cartilhas foram produzidas para dar continuidade ao processo de esclarecimento e formação política da sociedade brasileira a respeito da Alca (Figura 1); a primeira tratou de questões relacionadas à dívida externa, aos tratados de Livre Comércio e também à realidade de militarização da América Latina, e a outra cartilha teve com tema a construção das Assembleias Populares.

Figura

1.



Fonte: Cartilhas produzidas pela CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA no Brasil

Como estratégia comunicativa, todas as cartilhas populares foram fartamente ilustradas. As charges se propunham a apresentar, de maneira lúdica e com humor, todas as temáticas analisadas. Nesse sentido, nos propomos a analisar algumas das charges publicadas nas respectivas cartilhas, com o objetivo de identificar as principais críticas e considerações apresentadas a respeito das consequências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para os povos latino-americanos.

Para tanto, faremos uma breve análise a respeito da proposta de implantação da Alca, bem como da organização da Campanha Nacional contra a Alca. Em seguida, apresentaremos as principais características das cartilhas populares para, por fim, selecionar e analisar algumas charges publicadas nas referidas publicações.

2. Alca: uma proposta de “globalização” nas Américas

A disposição do governo estadunidense de se impor (em todas as esferas da sociedade e dimensões da vida) sobre os demais povos do continente americano (e de resto, sobre todos os países do mundo) vem de longa data. Desde a sua ascensão como país imperialista, várias foram as tentativas e/ou ações dos diversos governos dos Estados Unidos no sentido de convencer, ou determinar à força, que o seu modo de vida é o melhor que a humanidade já construiu e que todos deveriam segui-lo; no entanto, para atingi-lo, todos teriam que se submeter aos seus desígnios e se subordinar às suas vontades.

Em relação aos países da América Latina, em especial desde a realização do Consenso de Washington³ em 1989, o governo dos Estados Unidos intensificou sua tentativa de intervenção na condução econômica e política dos países latino-americanos com vistas a direcionar e controlar os destinos do continente. Para apressar e formalizar uma estrutura de dominação permanente, já em 1990 o então presidente dos Estados Unidos, George Bush (1989-1993), esboçou o projeto da Alca. Segundo Roberto della Santa Barros, a proposta ficou conhecida à época como “*Iniciativa para as Américas* ou

Enterprise for the Americas Initiative (EAI), cujo objetivo central tratava-se de estabelecer uma zona hemisférica de livre comércio que abrangesse os territórios do extremo Alasca à Terra do Fogo” (Barros, 2004, p. 24).

Apesar de ter sido aventada alguns anos antes, foi mais precisamente em dezembro de 1994, por ocasião da realização da I Cúpula das Américas, ocorrida em Miami (EUA), que o então presidente estadunidense Bill Clinton (1993-2001) formalizou a proposição de criação da Alca. Barros apresenta uma boa síntese do contexto de proposição da Alca, considerando o vínculo da referida proposta com a conjuntura econômica e política do desenvolvimento capitalista da época:

A ALCA apresenta-se no bojo duma reconfiguração sistêmica que visa sanear a crise estrutural-capitalista que se arrasta desde a década de 70 do século passado, intensificada pela concorrência interimperialista européia e asiática sofrida pelos EUA, no sentido de - no lastro de iniciativas como a liberalização comercial determinada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), zonas livre-cambistas como o North-American Free Trade Agreement (NAFTA), contra-reformas neoliberais (como a previdenciária, a tributária e a trabalhista) e a dilatação das condições de reprodução ampliada do capital monopolista previstas no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), tais como a subjugação da legislação trabalhista e socioambiental à lógica do mercado - recompor a taxa de exploração de mais-valia através de um domínio articulado pelo mundo do capital em benefício da elevação dos padrões de acumulação, concentração e expansão imperialista nas Américas (Barros, 2004, p. 25).

Desde então, mas, principalmente, a partir da II Cúpula das Américas, ocorrida em abril de 1998 em Santiago (Chile), organizou-se um amplo calendário de reuniões e ações com vistas à implantação definitiva da então propalada Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que envolveria todos os países da América, com exceção de Cuba, e que deveria entrar em vigência no máximo até dezembro de 2005.

Durante todos os anos que se seguiram, muito se discutiu e se debateu nos quatro cantos do continente procurando analisar as implicações que a implantação da Alca poderia trazer, principalmente para cada um dos países da América Latina. Do ponto de vista das organizações populares, a avaliação era unívoca: a Alca representaria mais miséria, desemprego e concentração de rendas, perda de soberania dos povos e consolidação absoluta dos interesses dos EUA sobre todo o continente americano.

A perspectiva de dominação absoluta dos Estados Unidos sobre toda a América, com a implantação da Alca, foi muito bem caracterizada por Emir Sader:

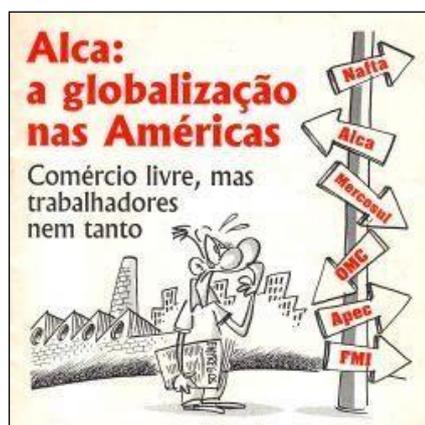
Caso se concretize a ALCA, o conjunto do continente latino-americano se transformará numa imensa zona franca para a exploração de mão-deobra barata pelas grandes corporações norte-americanas [...]. A

América Latina será vítima tanto dos ímpetus expansivos da economia norte-americana, quanto dos efeitos de suas recessões, como ocorre agora dramaticamente com o México, que se tornou um país completamente dependente dos EUA. [...] O continente retrocederá ainda mais, tornando-se absolutamente dependente e subordinado, em todos os planos, à hegemonia norte-americana (Sader, 2002, p. 40).

No Brasil, durante o período do governo FHC (1995-2002), o entusiasmo governista com a proposta da Alca contrastava com as críticas das organizações populares e a intensa mobilização dos trabalhadores. Uma das primeiras iniciativas de orientar o debate na sociedade e denunciar as consequências nocivas de uma possível implantação da Alca foi realizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a publicação da cartilha “Alca: a globalização nas Américas. Comércio livre, mas trabalhadores nem tanto” (Figura 2). Tratava-se de uma publicação da Secretaria de Relações

Internacionais da CUT, “com o objetivo de promover o debate sobre o processo de negociação em torno da Área de Livre Comércio das Américas” (CUT, 1997, p. 19). O referido material fazia parte de uma iniciativa política da CUT como desdobramento do Fórum dos Trabalhadores das Américas / Fórum Paralelo Nossa América que ocorreu paralelamente à realização da III Reunião de Ministros da Alca, esta realizada em Belo Horizonte/MG entre os dias 11 e 16 de abril de 1997.

Figura 2



Fonte: CUT. Alca: a globalização nas Américas. Comércio livre, mas trabalhadores nem tanto. São Paulo: CUT, 1997.

Para se ter uma ideia do teor crítico das análises desenvolvidas na cartilha com vistas a denunciar a integração subordinada do Brasil e do conjunto da América Latina à Alca e, por conseguinte, à hegemonia absoluta dos Estados Unidos, basta verificar uma das charges publicadas no referido material (Figura 3).

Figura 3



Fonte: CUT. *Alca: a globalização nas Américas*. Comércio livre, mas trabalhadores nem tanto. São Paulo: CUT, 1997, p.17. Ilustração de Pecê

Mais do que um mapa do continente americano, vemos dois braços saídos das laterais da América do Norte (na região dos Estados Unidos), avançando sobre a América do Sul e a América Central. As mangas dos braços apresentam os elementos característicos da bandeira dos Estados Unidos da América e os traços paralelos ao lado dos dedos das mãos indicam a voracidade da intenção de tomar para si o que se apresentava à sua frente. Por sua vez, as gotas de suor que emanam da América Latina, revelam o medo manifesto da dominação e expropriação presumidas.

O fato é que, desde o anúncio da proposta de criação da Alca, os setores populares de toda a América Latina começaram a se mobilizar para combater esse projeto de dominação dos Estados Unidos sobre o continente. Osvaldo Martinez, presidente da Ordem dos Economistas de Cuba, denunciava o que entendia ser um “projeto estratégico de recolonização e absorção da América Latina e do Caribe” por parte dos Estados Unidos e explicitava os desafios a serem enfrentados pelos povos latinoamericanos para combater, e mais do que isso, para derrotar a Alca. A respeito dos referidos desafios, afirma o autor:

Dizer não a ALCA é o mais urgente e requer um esforço formidável para explicar aos povos, em todos os níveis, o verdadeiro significado deste projeto estranho. Que esta ampla campanha de conscientização conduza a que a ALCA - que nem sequer foi debatida por algum parlamento latinoamericano -, seja submetida a uma consulta popular com capacidade para decidir sobre a incorporação ou rejeição de cada país, seria já uma vitória dos que acreditam que uma outra América é possível (Martinez, 2001, p. 84).

Em relação ao desafio de submeter a proposta da Alca a uma consulta popular, o Brasil demonstrou ousadia e capacidade de mobilização por parte das organizações e movimentos sociais. Como desdobramento do grande movimento latino-americano

chamado Jubileo Sur/Américas, se constituiu a Campanha Julibeu Sul/Brasil ⁴ e, dentro desta, se articulou a Campanha Nacional contra a Alca.

3. A Campanha Nacional contra a Alca e o Plebiscito popular

A Campanha Nacional contra a Alca (CNA) foi lançada em 2002 ⁵ como resultado da articulação de um coletivo de entidades e organizações sociais que tinha como principal objetivo impedir a assinatura do acordo da Alca. Suylan de Almeida Midlej e Silva assim define a referida articulação:

A Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (CNA) despontou no início desse milênio no Brasil como um movimento social articulado em rede com o Movimento por uma Nova Globalização (MNG), disposto a exercer a democracia participativa com o objetivo de impedir que as negociações do acordo da Alca avançassem rumo à sua assinatura, prevista para 2005 (Silva, 2013, p. 54).

Com uma análise muito mais detalhada e permeada por questões de ordem ideológica, Barros é bem mais contundente na caracterização política do movimento ao definir a Campanha Nacional contra a Alca como um movimento social de massas e uma frente unitária de ação classista. A esse respeito, afirma o autor:

No Brasil impulsionou-se o desenvolvimento de um amplo movimento social de massas - *mediante a experiência de diversas lutas sociais e mobilizações populares articuladas através da auto-organização social e da coordenação multisetorial de sujeitos sociais e políticos como movimentos sociais, organizações populares, sindicatos classistas e partidos políticos de esquerda significativos do seio do povo trabalhador brasileiro* - envolvendo, entre outros, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional “Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior” (ANDES-SN) -, as Pastorais Sociais da Igreja Católica e a Campanha Jubileo Sul, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa/UNAFISCO-Sindical, o “Grito dos Excluídos”, a Marcha Mundial de Mulheres, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Consulta Popular. Consideramos este processo de articulação entre movimentos sociais, sindicatos classistas, organizações populares e partidos políticos de esquerda como uma *frente unitária de ação de trabalhadores do campo e da cidade orientada pelo antiimperialismo e pelo questionamento e negação dos postulados neoliberais, unificados pela perspectiva da luta direta de massas e pelo*

horizonte de ruptura com a ordem vigente, ou, mais precisamente, numa configuração nitidamente anti-ALCA (Barros, 2004, pp. 50-51, grifos do autor).

A organização de comitês democráticos e a realização de manifestações massivas, de eventos e conferências e de atividades populares nos mais diversos espaços sociais, antecederam a realização da principal ação política da Campanha Nacional contra a Alca, que foi o Plebiscito Nacional sobre a Alca.

O referido Plebiscito popular foi uma deliberação aprovada por ocasião da Plenária Nacional da Campanha Jubileu Sul/Brasil, realizada em São Paulo entre os dias 19 e 21 de novembro de 2001 e assumida posteriormente pelo movimento Campanha Nacional contra a Alca. A estrutura de organização do Plebiscito previa a formação de comitês populares para debater junto à sociedade a questão da Alca e da soberania nacional até o período de realização das eleições, que deveria ocorrer entre os dias 1 e 7 de setembro de 2002 (justamente um mês antes das eleições presidenciais no Brasil e, por isso, também, com o objetivo de pressionar os candidatos a se posicionarem contrariamente à proposta de implantação da Alca). O evento de encerramento do Plebiscito Nacional sobre a Alca coincidiria com as atividades do Grito dos Excluídos⁶ em todo o território nacional, que apresentou como lema “Soberania não se negocia”, em referência à luta contra a Alca.

A respeito da escolha do instrumento de luta da CNA, qual seja, o plebiscito, é importante ressaltar que se trata de uma importante forma de exercício de democracia, previsto, inclusive, pela Constituição Brasileira. O caso do Plebiscito Nacional sobre a Alca não se tratava propriamente de uma ação com base nos preceitos constitucionais, pois não era uma iniciativa formal do governo brasileiro, mas sim uma iniciativa popular.

Maria Victória Benevides (1991) apresentou um importante estudo a respeito dos principais mecanismos institucionais de democracia semidireta, dentre eles, referendo, plebiscito e iniciativa popular, caracterizando-os como manifestações de uma

“cidadania ativa”. Especificamente, a respeito de plebiscito, a referida autora afirma que se trata de “consulta de ‘caráter geral’, ou pronunciamento popular sobre fatos ou eventos (e não atos normativos) *excepcionais* e que, justamente por serem excepcionais

- e não ‘regulares’, como para o referendo -, fogem à disciplina constitucional” (Benevides, 1991, p. 35).

Apesar de não-oficial, o Plebiscito Nacional sobre a Alca se apresentava compatível com as prerrogativas das questões previstas constitucionalmente para a convocação de um plebiscito. A esse respeito assevera Benevides:

o plebiscito concerne a qualquer tipo de questão de interesse público, não necessariamente de ordem normativa - inclusive políticas governamentais. [...] O plebiscito, ao contrário [do referendo], significa,

sempre, uma manifestação popular sobre medidas *futuras* - referentes ou não à edição de normas jurídicas. [...] O plebiscito pode versar, ainda, sobre questões puramente políticas, como o rompimento ou reatamento de relações diplomáticas, a participação do país em organizações ou tratados internacionais e a concessão de anistia, entre outras (Benevides, 1991, p. 40).

A melhor caracterização para o Plebiscito Nacional sobre a Alca é que se tratava de um Plebiscito popular, portanto, não-oficial e sem voto obrigatório. Barros avalia a questão afirmando que “a forma plebiscitária enquanto consulta e *referendum* popular autoorganizado, referenciada em comitês populares e sem voto oficial-obrigatório, traria em si a denúncia e a crítica à “democracia dos ricos” (Barros, 2004, p. 61). Além disso, é importante ressaltar que a realização do referido Plebiscito, como ação política e estratégica, se caracterizava como uma prática efetiva de “cidadania ativa”.

O Plebiscito popular foi realizado no Brasil entre os dias 1 e 7 de setembro de 2002 e contou com a participação de mais de 10 milhões de pessoas, depositando seu voto em urnas espalhadas por todo o país. Os resultados foram inquestionáveis no que se referia à desaprovação da proposta de implantação da Alca: 98,32% dos votantes disseram não ao tratado da Alca ⁷.

Por fim, deve-se ressaltar, que além de lutar contra a implantação do projeto da Alca, o movimento unificado da Campanha Nacional contra a Alca apresentava uma perspectiva propositiva de lutar por uma “outra América”. Essa perspectiva foi assim apresentada na primeira das cartilhas populares produzidas pelo movimento:

Lutar contra a ALCA e barrar este projeto de imperialismo norteamericano é nossa tarefa imediata. Isto nos une a todos e todas - lutadores sociais, militantes políticos, sindicalistas, cristãos, mulheres, povos indígenas, os que lutam pelo meio ambiente, pelos direitos humanos, etc. - em todas as Américas. Porém, algo muito maior nos une, agora mais do que nunca, na História, sendo o nosso grande objetivo comum: a construção de uma outra América, livre, soberana e solidária (Para entender a Alca, 2002, p. 40).

4. A produção de cartilhas populares voltadas para a formação política.

O processo de divulgação e de formação a respeito da Campanha Nacional contra a Alca (CNA) registrou um volume significativo de materiais comunicativos. A esse respeito, Silva relata:

Houve uma produção numerosa e diversa de material sobre a Alca. Em 2002, alguns deles foram mais difundidos entre a militância. A cartilha nº1 “Para entender a Alca” teve quase meio milhão de exemplares; o jornal, uma tiragem de 4 milhões na primeira e segunda edições; o primeiro vídeo, uma reprodução de quatro mil cópias e os spots para rádio,

veiculados em cerca de 800 rádios comunitárias, além das centenas de rádios católicas. Neste ano, foi também editado pela coordenação da Campanha o livro “Soberania sim, Alca não: análises e documentos”, com a tiragem de 15 mil cópias, e impressos 45 mil cartazes. Essa soma é relativa apenas à produção nacional, pois muito desse material foi reproduzido nos estados (Silva, 2010, p. 165).

Como principal material de formação política para os militantes, e também para a sociedade em geral, destacamos a produção de cartilhas populares. A cartilha intitulada “Para entender a Alca” (Cartilha 1), produzida em março de 2002, teve circulação nacional com mais de 400 mil exemplares, em diversas edições, e funcionou como um “texto-base para a preparação de outros subsídios com o fim de esclarecer sobre o tema e disseminar as mensagens da Campanha” (Silva, 2010, p. 165). Em sua apresentação, ficaram claros os objetivos com a cartilha:

Esta cartilha quer explicar, de forma simples e didática, o que é a proposta de criação da ALCA. Mas, a cartilha é também uma convocação. Porque é impossível tomar conhecimento e não se indignar com a injustiça. É uma convocação para participar de um amplo movimento social que discuta e combata a iniciativa da ALCA, em todos os países das três Américas e no Caribe. A cartilha também divulga e

orienta sobre a organização do Plebiscito Nacional sobre a ALCA, a ser realizado de 1 a 7 de Setembro de 2002, finalizando com o Grito dos Excluídos. Coerente com o Plebiscito, o lema do Grito será “Soberania não se negocia”. Quem luta tem claro que o opressor nunca pode ser a razão fundamental que une os oprimidos. Por isso, o esforço decisivo para derrotar a ALCA faz parte da luta permanente dos oprimidos contra todas as dominações. Porque a convicção profunda que une os(as) militantes, é o sonho universal de construir uma alternativa popular, solidária e fraterna, onde homens e mulheres repartam o pão e o poder (Para entender a Alca, 2002, p. 1).

Mesmo após a realização do Plebiscito, que ratificou o desacordo da sociedade brasileira com a Alca, a luta contra a imposição dos interesses dos EUA sob todo o continente não estava vencida. Nesse sentido, havia necessidade de continuar o processo de mobilização e de formação junto aos setores populares e, considerando o sucesso da primeira cartilha, outras duas cartilhas foram produzidas.

O movimento Campanha Nacional contra a Alca produziu, em março de 2003, a cartilha

“Vida sim! Alca não!” (Cartilha 2), introduzindo questões relacionadas aos tratados de

Livre Comércio, às dívidas externa e interna, e também à realidade de militarização da América Latina. A terceira cartilha da série “Para entender a Alca”, “Assembléias populares: reinventando a democracia” (Cartilha 3), publicada em março de 2005,

“ressalta a importância da continuidade da luta contra a Alca e aponta como caminho a democracia participativa em que cidadãos possam interferir nos destinos do País” (Silva, 2010, p. 167).

Enfim, Suylan Silva apresenta uma boa síntese do conteúdo e das características gerais das cartilhas populares produzidas pela Campanha Nacional contra a Alca:

Em todos os materiais foi possível depreender que o conteúdo gira em torno da afirmação da Alca como um projeto hegemônico dos Estados

Unidos. [...] Os materiais, além de trazer um conteúdo explicativo sobre a Alca, com exemplos concretos das conseqüências do acordo para a população brasileira e latino-americana, têm sempre um caráter convocatório para participar da Campanha. A linguagem é popular e direta, às vezes publicitária [...]. Outra característica do material é a presença constante em quase todas as publicações de um calendário de atividades. Essa era mais uma forma de manter a Campanha viva (Silva, 2010, pp. 167-168).

5. A presença das charges nas cartilhas populares

Como estratégia comunicativa para incentivar a leitura e para facilitar ainda mais a compreensão das questões relacionadas à Alca, a utilização de charges foi extremamente significativa desde a primeira cartilha. A charge, considerada uma modalidade do humor gráfico, de natureza dissertativa e intertextual, funciona como uma espécie de “editorial gráfico” e, nesse sentido, se constitui “como instrumento de persuasão, intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor, e criando um sentimento de adesão que pode culminar com um processo de mobilização” (Miani, 2012, p. 40).

Para cumprirmos os objetivos com este artigo, selecionamos algumas charges publicadas nas cartilhas populares “Para entender a Alca” e que passaremos a analisar a

partir de agora. A primeira charge escolhida (Figura 4) é a própria capa da Cartilha 1. Na imagem vemos a palavra ALCA inscrita num cavalo de madeira, fazendo alusão ao episódio da história antiga conhecido como cavalo de Tróia, que se tratou de um presente oferecido pelos gregos aos troianos em sinal de sua desistência da guerra; porém, segundo a história, o que os troianos não sabiam é que os soldados gregos estavam escondidos no interior do cavalo, aguardando o cair da noite para, então, saírem do cavalo, abrir as portas da cidade de Tróia para a invasão do exército grego e dominar seus inimigos.

Figura 4



Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Para entender a Alca. São Paulo: Edições Loyola, 2002, capa. Ilustração de Gilberto Maringoni

Essa alusão foi bastante propícia para denunciar a estratégia “golpista” dos Estados Unidos contra a América Latina e o Caribe, por meio da implantação da Alca. O que a proposta aparentava era a criação de uma área de livre comércio, onde todos supostamente seriam beneficiados; no entanto, “por dentro”, o que havia era uma clara intenção de dominação econômica absoluta e de expropriação da soberania dos povos latino-americanos.

Na cartilha 2 também há uma charge explorando a mesma ideia do cavalo de Tróia

(Figura 5), porém, desta vez, não há “surpresas” escondidas. O cavaleiro (com expressão sinistra) é o próprio presidente George W. Bush (2001-2009) que foi, certamente, aquele que mais pressionou os governos latino-americanos para aceitarem a implantação da Alca.



Figura 5

Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. *Vida sim! Alca não!*. São

Paulo: Edições Loyola, 2003, p.39. Ilustração de Nilson

Podemos observar que, na base do cavalo, se estabelece uma disputa de forças entre o povo e o que seria um representante das elites e da burguesia. O povo carrega faixas de “Não à Alca” e de “Soberania” (palavras de ordem da CNA) e impede o avanço do cavalo, enquanto o burguês tenta empurrar o cavalo para frente, mas parece não conseguir nem mesmo segurar a pressão popular (a verificar as gotas de suor que saem de seu rosto). Essa representação é compatível com a análise apresentada por Roberto della Santa Barros (2004) quando este define a Campanha Nacional contra a Alca como um movimento de massas no contexto da luta de classes.

A Cartilha 2 ainda traz outras duas charges bastante interessantes - e por isso selecionadas para nossa análise - por utilizar referências simbólicas do imaginário popular universal, ambas associadas ao contexto dos Estados Unidos. A primeira imagem (Figura 6) remete ao universo das histórias em quadrinhos, mais especificamente, ao universo Disney.

Os personagens que aparecem na referida imagem, criados pelo desenhista Wall Disney, são bastante conhecidos de todos os públicos, inclusive, em suas características de personalidade e caráter. A subversão do universo dos quadrinhos - e que potencializa o humor - está no aparente conluio entre Tio Patinhas e os Irmãos Metralhas, que são invariavelmente inimigos nas histórias, mas que aparecem no contexto da charge como aliados. O que se vê na imagem é uma armação e conspiração entre o que há de mais nocivo e perverso (ganância e trambicagem dos então aliados), representado pela proposta da Alca, contra a suposta ingenuidade e boa-fé dos povos latino-americanos, representado pela figura do personagem (abestalhado, porém simpático) Pateta.

Figura 6



Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Vida sim! Alca não!. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.36. Ilustração de Nilson

A outra charge (Figura 7) que remete ao imaginário popular de personagens estadunidenses faz um trocadilho com o nome do lendário criminoso Al Capone⁸. Vemos um dos personagens, tipicamente representando um gângster, carregando uma capa de instrumento musical (um dos estereótipos de disfarce para o carregamento de objetos ou produtos ilícitos) inscrito com a expressão “ALCA PONE”; ele está acompanhado de um militar fortemente armado e seguindo o então presidente dos EUA, George W. Bush.

Todos seguem em direção à América Latina (como se pode ver pela inscrição na placa), ao comando de “atacar” do xerife/presidente. O ataque aos povos latino-americanos, materializado na proposta da Alca, é baseado na força política e militar e nos ardis inescrupulosos da enganação criminosa e dos conchavos com as burguesias nacionais.

Vale observar os comentários dos personagens “tal pai...” e “...tal filho!” como referência aos presidentes George Bush (pai) e George W. Bush (filho), como sendo dois dos mais fervorosos defensores da Alca, o primeiro como proponente e o segundo como executor da proposta.



Figura 7

Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. *Vida sim! Alca não!.* São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.16. Ilustração de Nilson

Por fim, apresentamos nossa última charge para análise (Figura 8), que foi publicada na Cartilha 3. Trata-se de uma clara intenção formativa em relação à consciência da necessidade dos trabalhadores se engajarem na política, esta entendida como espaço de atuação coletiva e organizada com vistas à conquista dos direitos e dos interesses de classe.

Figura 8



Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. *Assembléias populares: reinventando a democracia.* São Paulo: CNBB, 2005, p.22. Ilustração de Nilson

Como resposta à pergunta “quando é que vocês vão parar de mexer com política?” feita por um executivo (representando a burguesia nacional), o conjunto dos trabalhadores

(operário, camponesa do MST, trabalhador no setor de serviços e comércio, funcionário público, aposentado) responde coletivamente que somente “quando a política parar de mexer conosco”. As placas “Fora FMI” e “Não à Alca” ressaltam que se tratam de questões políticas que mexem diretamente com a vida da classe trabalhadora e que,

por isso, a sociedade precisa se mobilizar para lutar contra essa (a Alca) e outras armadilhas políticas. Por outro lado, reafirmam que a classe trabalhadora precisa se organizar para construir as suas próprias alternativas, como, por exemplo, por meio das assembleias populares, em defesa da soberania nacional e da certeza de que “uma outra América é possível”.

6. Considerações finais

A Campanha Nacional contra a Alca foi, certamente, um dos mais importantes movimentos de massa na história recente do Brasil, não só porque envolveu dezenas de organizações sociais e movimentos populares, mas também porque envolveu mais de 10 milhões de brasileiros num Plebiscito popular, marcado pela consciência política de que a Alca era uma grande armadilha contra os interesses nacionais e, principalmente, contra os interesses de classe. Foi, sem dúvida, uma importante demonstração de

“cidadania ativa”.

Há que se registrar, ainda, que em outros países da América Latina a luta contra a implantação da Alca foi tão intensa quanto o que se viu em nosso país, o que mereceria uma análise mais aprofundada a respeito desse grande movimento latino-americano, principalmente, porque se tratou de uma luta vitoriosa contra o grande e hegemônico império estadunidense.

Outro aspecto a ser ressaltado nessas considerações finais foi a importância da produção comunicativa como estratégia formativa e de organização, bem como para a divulgação das ações, que sedimentou as várias iniciativas populares em torno da Campanha Nacional contra a Alca. Nesse contexto, destacamos as cartilhas populares.

Em particular, neste artigo, tentamos chamar a atenção para a utilização das charges no contexto das cartilhas populares, enquanto estratégia comunicativa, com vistas a potencializar a análise crítica, com ludicidade e humor. Em razão dos limites deste artigo, tivemos que selecionar um número bastante reduzido de charges para análise, o que exigiu uma renúncia de imagens de grande valor formativo e informativo em todas as cartilhas produzidas pela CNA, que ficarão disponíveis para outra oportunidade.

Referências

- BARROS, Roberto della Santa. (2004). Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: gênese, desenvolvimento e perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/becas/20110205121412/della.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- BATISTA, Paulo Nogueira. (1994). O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Pedex. (Programa da Dívida Externa; 6).

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. (1991). A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo. Editora Ática.
- CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (Org.). (2002). Soberania sim, Alca não! análises e documentos. São Paulo: Expressão Popular.
- CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (2002). Para entender a Alca. São Paulo: Edições Loyola. (Para entender a Alca; 1).
- CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (2003). Vida sim! Alca não!. São Paulo: Edições Loyola. (Para entender a Alca; 2).
- CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (2005). Assembléias populares: reinventando a democracia. São Paulo: CNBB. (Para entender a Alca; 3).
- CUT. (1997). Alca: a globalização nas Américas. Comércio livre, mas trabalhadores nem tanto. São Paulo: CUT.
- MARINGONI, Gilberto. (1996). Humor da charge política no jornal. Revista Comunicação e Educação. São Paulo: Moderna; USP, n.7, set/dez 1996, pp 83-88.
- MARTINEZ, Osvaldo. (2002). Alca: projeto para recolonizar a América Latina. In: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (Org.). Soberania sim, Alca não! análises e documentos. São Paulo: Expressão Popular, pp. 73-85.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. (2012). Charge: uma prática discursiva e ideológica. 9ª Arte. São Paulo, v.1, n.1, 1º semestre/2012, pp. 37-48. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/3/7>>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. (2013). Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 28, n. 1, p. 53-74, jan./abr. 2013.
- _____. (2010). Campanha Nacional Contra a Alca: educação popular, participação e política externa. EccoS, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 159-179, jan./jun. 2010.
- SADER, Emir. (Org.). (2001). Integração soberana ou subordinada?. São Paulo: Expressão Popular.
- SADER, Emir. (2002). O imperialismo norte-americano e a Alca. In: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. (Org.). Soberania sim, Alca não! análises e documentos. São Paulo: Expressão Popular, pp. 31-42.

Notas

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GP Comunicação para a Cidadania do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM 2013), em setembro de 2013, na cidade de Manaus-AM, Brasil.

² Rozinaldo Antonio Miani - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR - Brasil). Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

³ O “Consenso de Washington” foi o resultado do encontro “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, realizado em 1989 na capital dos Estados Unidos, que reuniu economistas representantes de vários países latino-americanos com o objetivo de avaliar as reformas econômicas em curso nos países do continente. O pacote de recomendações formuladas no referido encontro, de natureza neoliberal, tornou-se a diretriz imposta pelos EUA para as políticas econômicas e sociais dos países da América Latina e a condição para a obtenção de empréstimos e ajuda técnica especializada por parte dos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID).

⁴ A Campanha Jubileu Sul/Brasil faz parte da Campanha Jubileu 2000, que foi organizada em cerca de 60 países, que tinha como principal objetivo mobilizar as sociedades para exigir a suspensão e o cancelamento da dívida externa dos países pobres e a luta contra o atual modelo econômico dominante.⁵ Em 2004 a Campanha Nacional contra a Alca passou a ser identificada como Campanha Brasileira contra a Alca, pois, segundo Silva (2013), outros países da América Latina e Caribe também realizaram suas campanhas e demarcaram sua abrangência como “nacional”.

⁶ O Grito dos Excluídos é um conjunto de manifestações populares realizadas no dia 07 de setembro (Dia da Independência) em vários lugares do país, que tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as perversas condições de exclusão social do povo brasileiro. São três os seus principais sentidos: “Denunciar o modelo político e econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas à exclusão social; Tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos, vítimas do desemprego, da miséria e da fome; Propor caminhos alternativos ao modelo econômico neoliberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todos os cidadãos”. Cf. <http://www.gritodosexcluidos.org>

⁷ O Plebiscito popular contou com a participação de 10.234.143 votantes em 46.475 urnas espalhadas por todo o país e envolveu 120.860 voluntários. A cédula de votação apresentava 3 questões. As questões e as respectivas votações foram: *Questão 1*: O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca? Não: 10.062.224 (98,32%); Sim: 115.277 (1,13%); Brancos: 32.768 (0,32%); Nulos: 23.874 (0,23%). *Questão 2*: O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca? Não: 9.818.108 (95,93%); Sim: 344.037 (3,36%); Brancos: 49.012 (0,48%); Nulos: 22.986 (0,22%). *Questão 3*: O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território - a Base de Alcântara - para controle militar dos Estados Unidos? Não: 10.090.192 (98,59%); Sim: 66.869 (0,65%); Brancos: 1.100 (0,01%); Nulos: 21.630 (0,21%). No dia 17 de setembro de 2002, a coordenação da CNA entregou aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário um Manifesto contendo os resultados do plebiscito (SILVA, 2010).

⁸ Al Capone foi considerado um dos maiores gângster da primeira metade do século XX nos EUA e liderou um grupo criminoso dedicado a inúmeras atividades ilegais; por seus crimes e, principalmente, por sonegação de impostos, foi condenado à prisão pela justiça estadunidense.